

**FEMINISMOS NEGROS: rupturas epistemológicas e
interseccionalidades de gênero e raça**

**BLACK FEMINISMS: epistemological ruptures and
intersectionalities of gender and race**

Ceila Sales de Almeida

Doutora em Estado e Sociedade, Universidade Federal do Sul da Bahia, Brasil

E-mail: ceilasales@hotmail.com

Recebimento 20/01/2023 Aceite 01/02/2023

Resumo

O presente artigo visa analisar rupturas epistemológicas efetivadas na trajetória do feminismo negro no Brasil, e sua relevância no enfrentamento às opressões racistas e sexistas, impostas interseccionalmente às mulheres negras. Para analisar essas rupturas, o artigo analisa a imbricação das lutas das mulheres negras no movimento negro e feminista, abordando as tensões e avanços de direitos, existentes nessas trajetórias. A metodologia utilizada será a bibliográfica. Como hipótese a pesquisa busca demonstrar que os ativismos do feminismo negro no Brasil, foram importantes no enfrentamento às opressões de gênero e raça, tensionando as demandas pautadas pelo movimento negro e feminista, e efetivando direitos fundamentais, em uma dimensão coletiva.

Palavras Chaves: epistemologias; feminismos negros; direitos fundamentais.

Abstract

The present article aims to analyze epistemological ruptures effected in the trajectory of black feminism in Brazil, and its relevance in confronting racist and sexist oppression, intersectionally imposed on black women. To analyze these ruptures, the article analyzes the intertwining of black women's struggles in the black and feminist movement, addressing the tensions and advances in rights that exist in these trajectories. The methodology used will be the bibliographical one. As a hypothesis, the research seeks to demonstrate that the activism of black feminism in Brazil was important in confronting gender and racial oppression, tensioning the demands guided by the black and feminist movement, and effecting fundamental rights, in a collective dimension.

Keywords: epistemologies; black feminisms; fundamental rights.

1. Introdução

A luta e formas de atuação dos movimentos feministas é plural e multifacetado, como plurais são as mulheres. Esses ativismos entretanto, apresentam confluências e aspectos comuns, que aproximam e tensionam as demandas e conquistas de direitos fundamentais.

O feminismo negro é um campo de atuação teórico, social, político e cultural, constituído, a partir das interseccionalidades de gênero, raça e classe, historicamente, vivenciados pelas mulheres negras, desde a grande diáspora africana (ALMEIDA, 2020).

No Brasil, desde sua constituição colonial, a trajetória das mulheres negras é permeada por violências e opressões, fundamentadas pelas ideologias racistas e patriarcais. Esse passado histórico de violências é marcado por resistências, e a construção de um movimento específico de lutas e conquistas de justiça e democracia, em uma dimensão coletiva.

O presente artigo, visa analisar as rupturas epistemológicas efetivadas por meio dos ativismos de mulheres feministas negras, ressaltando a relevância dessas transformações para a conquista de direitos fundamentais, e ampliação da justiça social às comunidades negras no Brasil.

A análise das transformações e rupturas epistemológicas, efetivadas pelo movimento feminista negro, será fundamentada à partir da imbricação e tensões, dos ativismos das mulheres negras, desde o período colonial, no movimento negro e feminista, até a efetivação do pensamento, teoria e ativismos, específicos do feminismo negro na contemporaneidade. O Objetivo não é esgotar a história do feminismo negro no Brasil, mas sim, ressaltar ativismos coletivos e teóricos, que marcaram a efetivação do pensamento feminista negro no Brasil.

A metodologia utilizada é a pesquisa bibliográfica afrorreferenciada e decolonial, através de livros, artigos, e outros referenciais teóricos, de autores e autoras precipuamente negros e negras, estadunidenses e brasileiros. A pesquisa se mostra relevante por ampliar o espaço de construção de epistemologias insurgentes e contracoloniais, aptas a possibilitar o enfrentamento ao racismo e

sexismo estrutural no Brasil, possibilitando a construção de políticas e práticas antirracistas e antissexistas.

2. Revisão da Literatura

2.1 Construindo reexistências

É complexo apresentar um marco temporal para a luta das mulheres negras no Brasil. Desde o início da colonização formal portuguesa em nosso país, com a chegada coercitiva, das primeiras mulheres africanas escravizadas, desenvolve-se uma trajetória de resistências e respostas às opressões e violências coloniais.

A participação das mulheres negras na luta abolicionista foi relevante para fazer ruir as estruturas da escravidão formal no Brasil. Elas participaram ativamente da luta quilombola, quer seja de forma direta ou indireta, participando de rebeliões, organizando fugas, realizando envenenamentos dos senhores de escravos, e diferentes outras forma de enfrentamento (WERNECK, 2002).

As mulheres foram imprescindíveis para a manutenção da cultura, religiosidade e saberes ancestrais, elas eram as mantenedoras dos cultos e costumes africanos e afrodiaspóricos, sendo chamadas de curandeiras ou feiticeiras. Desenvolviam e distribuíaam os “obi”, trabalhos feitos com as ervas, realizados para agradar os deuses e pedir proteção (DIAS, 2012).

Líderes tais como, Aqualtune, Açotirene, Dandara, Maria Crioula, entre outras, apesar das tentativas de apagamento do epistemicídio eurocêntrico, tiveram suas trajetórias perpetuadas através da oralidade, comprovando a importância da participação das mulheres negras na formação e resistência das comunidades quilombolas brasileiras (WERNECK, 2002).

Embora invisibilizadas pela historiografia da época, as mulheres negras, de forma individual e coletiva, deram diferentes respostas ao sistema colonial escravocrata, criando entidades religiosas, culturais e sociedades alternativas, que se constituíram em espaços de resistências e manutenções de saberes (GONZALES, 1982).

Uma das instituições de mulheres negras, precursoras do ativismo coletivo feminista negro no Brasil, foi a Irmandade da Boa-morte. Formada nas primeiras décadas do século XIX, especialmente por mulheres negras, pobres, livres e/ou libertas da região do Recôncavo baiano, Cachoeira e Salvador, a Irmandade se constituiu sob os pilares da solidariedade étnica e feminina (LESSA, 2005).

Em suas pesquisas acerca das formas de ativismos e lutas das mulheres negras no Brasil, Luciana Falcão Lessa enfatiza o protagonismo e importância das mulheres nessa Irmandade, na qual, de forma precursora para a época, ocupavam uma posição de autoridade e respeito, sendo as responsáveis em carregar o cajado ao altar na Missa de Assunção de Nossa Senhora (LESSA, 2005).

A irmandade da Boa Morte de São Gonçalo, era constituída, em sua maioria, por mulheres solteiras com filhos, muitas delas amasiadas com homens ilustres da cidade, razão pela qual eram chamadas pejorativamente de raparigas. Nesse período histórico, a festa da Boa Morte era conhecida como a festa das raparigas (LESSA, 2005).

Essas mulheres compartilhavam o estado civil, a maternidade solo, e, também, o *status social*, elas eram, em regra, trabalhadoras de baixa renda, lavradoras, charuteiras, vendiam doces, bolos. Compartilhavam experiências e vivências comuns, formando um espaço de sociabilidade que as aproximavam e irmanavam, através dos cultos e devoções. (LESSA, 2005). A chefia da família, a maternidade solo e o trabalho fazem parte das vivências específicas e construções subjetivas das mulheres negras no Brasil. Foi preciso aprender a lidar com o espaço público, uma vez que este, era imprescindível a sua sobrevivência e para a sua luta por liberdade (MOREIRA, 2012).

A luta quilombola, em um contexto nacional e internacional, de reivindicação pelo fim da escravização africana e afrodiáspóricas nas Américas, obteve êxito ao alcançar a abolição formal no Brasil. Materialmente, no entanto, o sistema de castas e exclusões da população negra se perpetuou, em uma dimensão política e estrutural, que negou a condição de cidadania e efetivação de direitos a homens e mulheres negras.

Alcançada a abolição formal, o movimento negro, continua a sua trajetória de ativismos e lutas em prol da dignidade e cidadania social à população negra,

implementando diferentes estratégias e constituindo variados espaços de efetivação da luta antirracista no Brasil (DOMINGUES, 2009).

A imprensa negra, nas décadas de 1920 e 1930, representou uma relevante forma de atuação do movimento negro, apresentando em seus jornais, a denúncia ao racismo e preconceito existentes no país. Criou-se ainda, na década de 1920, organizações políticas, a exemplo do Centro Cívico Palmares e o Centro Cívico Afro-campineiro (NASCIMENTO, 2003), entidades que tiveram um importante papel de luta e ativismo social em prol da população negra, que emergia na sociedade de classes brasileira, sem quaisquer políticas de inclusão social (FERNANDES, 2008).

Na década de 1930, foi criada em São Paulo, a Frente Negra Brasileira (FNB). Essa foi uma das mais relevantes associações do movimento negro, e sua atuação alcançou diferentes estados, reunindo milhares de homens e mulheres negras, em uma denúncia enfática das opressões e negações de direitos oriundas do racismo. As mulheres tiveram um papel de grande relevância na Frente Negra, e eram assíduas nas atividades e movimentos criados pela organização, a exemplo da luta em prol de direitos sociais, por direitos trabalhistas, e a campanha realizada para afirmar o respeito e confiança às empregadas domésticas (NASCIMENTO, 2003).

Apesar de uma participação e militância ativa, as mulheres negras foram destituídas de cargos decisórios e de maior hierarquia, nenhuma delas compôs o Grande Conselho, instância decisória da Associação, sendo, em regra, destinadas a funções recreativas, que eram concebidas como áreas de atuação feminina (DOMINGUES, 2009).

Durante a Era Vargas, houve através de atos institucionais a exclusão de direitos e garantias fundamentais do direito brasileiro, e uma forte repressão política às lutas e movimentos sociais, que passou a atuar de forma alternativa, tais como clubes e associações culturais e religiosas, que ajudaram a manter aceso o espírito da luta e os valores e culturas ancestrais (NASCIMENTO, 2003).

Com o fim do Estado Novo e a redemocratização do país, o movimento negro volta a institucionalidade e intensifica a militância social e política. Em São Paulo é criada a Associação do Negro Brasileiro (ANB), que apresentava pautas

políticas de luta por direitos fundamentais a população negra, tais como, educação, moradia e trabalho (NASCIMENTO, 2003).

Outro importante instrumento do movimento negro, e em especial das mulheres negras, na luta pela cidadania e reconhecimento de sua identidade coletiva, foi o Teatro Experimental do Negro (TEN). Fundado no Rio de Janeiro em 1944, por Abdias Nascimento e Guerreiro Ramos, essa entidade uniu na teoria e prática, a afirmação e o resgate da cultura de matriz africana com sua atuação política de enfrentamento ao racismo no país (NASCIMENTO, 2003).

O TEN acreditava na educação como um instrumento de luta e resistência social do povo negro, compreendendo a exclusão do sistema de ensino e a inferiorização cultural como um dos mais poderosos aparelhos de dominação. Desenvolveram cursos gratuitos de alfabetização para jovens e adultos, nos quais participavam homens e mulheres das comunidades mais carentes (NASCIMENTO, 2003).

Questionando os padrões racistas e excludentes existentes na época, Abdias no Nascimento resolveu colocar nos palcos, em diferentes papéis, atores e atrizes negras. Essa foi uma postura revolucionária, uma vez que, só pessoas brancas atuavam em peças de teatros e filmes no Brasil. Quando os personagens eram negros, atores brancos utilizavam o piche para pintar seus corpos de preto e atuar nos palcos. O TEN alterou paradigmas ao inserir atores negros no centro dos palcos e da vida social e cultural brasileira (NASCIMENTO, 2003).

As mulheres desenvolveram um ativismo importante no TEN. Criaram, importantes formas ativismo social, a exemplo do Conselho Nacional da Mulher Negra, instituição que fazia parte do TEN. Realizavam cursos de formação para adultos e crianças, tais como, datilografia, natação, dança, forneciam serviços jurídicos gratuitos, criaram concursos culturais, de beleza e arte, cujo objetivo precípua era empoderar a população negra, e ampliar sua participação da vida social e cívica do país (NASCIMENTO, 2003).

Apesar da invisibilidade histórica, esse foi um dos mais importantes movimentos de luta social no Brasil. Em uma grande ruptura epistemológica, o TEN, alterou a forma como o teatro era desenvolvido em nosso país, inserindo os

atores negros nos palcos, até então, espaço que representava um monopólio da branquitude.

O ativismo social e coletivo de homens e mulheres negros no Brasil, sofreu os impactos do sistema de opressão, violências e exclusões de direitos, perpetrado pelos Governos militares nas décadas que se seguiram. Em maior ou menor medida, entretanto, pensamentos, ativismos e ideais de luta permaneceram, tensionando, os paradigmas e fundamentos, no enfrentamento às opressões racistas e patriarcais.

Importantes direitos foram conquistados para a população negra brasileira, frutos dos ativismos do feminismo negro no Brasil. A atuação das mulheres negras foi relevante para fazer ruir o sistema formal de escravidão, tensionando a luta contra o racismo, e possibilitando o desenvolvimento de novas formas de ativismos sociais, em prol da efetivação de direitos fundamentais e igualdade material. Não havia porém, um movimento específico das mulheres negras, que atuavam, ora no movimento feminista, e ora no movimento negro, tensionando, e questionado a necessidade de construção de uma teoria e ativismo específico, pautado na interseccionalidade de gênero e raça.

2.2 Construindo o paradigma das diferenças

A partir da década de 1960 novos paradigmas e teorias fundamentaram as lutas dos movimentos sociais, entre suas demandas as feministas buscaram suprimir a disparidade de poder entre os sexos e a dominação patriarcal, trazendo à visibilidade os debates acerca de temas, tais como, o assédio sexual, pornografia, direitos trabalhistas, espaço público e privado, e violência doméstica de gênero (ALIMENA, 2010).

Um importante marco teórico da luta feminista foi a obra de Simone de Beauvoir Segundo Sexo, no qual a autora desmitifica o destino biológico do ser mulher, e defende o caráter cultural das características que definem o papel da mulher na sociedade. “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher” (BEAUVOIR, 1967, p.9). Esse entendimento teve o escopo de desconstruir a ideia da existência de características inatas ao “ser mulher”, reafirmando a influência dos fatores culturais

pré-determinados socialmente como masculinos e femininos na formação de cada indivíduo.

As lutas e demandas feministas passam se pautar por teorias e conceitos universalizantes, voltados para a compreensão das opressões compartilhadas por todas as mulheres, o que as unia enquanto categoria de luta social e política. “As feministas trabalharam em várias frentes: criaram um sujeito político coletivo, as mulheres, e tentaram viabilizar estratégias para acabar com a sua subordinação” (PISCITELLI, 2009, p.133).

O feminismo desse período, em alguma medida rompe com pensamentos e paradigmas existentes em momentos anteriores, o estudo do gênero, patriarcado, e outras formas de opressão existentes, permitiram um avanço nos estudos feministas, e uma libertação de teorias dicotômicas e binárias, como a separação entre corpo e mente, razão e emoção, espaço público e privado, entre outros. Apesar desse avanço, prevalecia um modelo universal de mulher, e um silêncio acerca dos diferentes marcadores sociais existentes na trajetória das mulheres brasileiras, especialmente, as questões raciais.

O ano de 1964, marca a existência de mais um período ditatorial no Estado brasileiro. O regime implantado pelo governo militar, suprimiu direitos e garantias fundamentais dos cidadãos, e recrudescer a repressão aos movimentos sociais, marcando um momento histórico de tensão social e política. Na década de 1970, os movimentos sociais, voltam a intensificar a sua militância, tendo como pautas principais a luta pela redemocratização e cidadania (RIBEIRO, 1995). Nesse cenário o movimento negro e feminista, também intensificam o seu ativismo, reivindicando a volta da democracia e a efetivação de novas conquistas nas pautas feministas e raciais.

No ano de 1978, foi criado o Movimento Negro Unificado (MNU), entidade de caráter nacional que incorporava diferentes entidades do movimento negro brasileiro, unificando as pautas e demandas da luta antirracista (GONZALES, 1982).

As mulheres negras participaram da criação e desenvolvimento do MNU. Tensionando as pautas do movimento, as mulheres debatiam temas relativos a gênero e raça, questionavam as tentativas de branqueamento dos homens negros

e o casamento com mulheres brancas, discutiam a precariedade do trabalho doméstico no Brasil, entre outras questões importantes para as mulheres negras (GONZALES, 1982).

A atuação das mulheres negras no movimento negro unificado, foi marcada por tensões e conflitos, em razão da ausência de uma pauta específica de demandas interseccionais de gênero e raça. Embora, teoricamente o movimento defendesse a igualdade de gênero e a inclusão social das mulheres negras, na prática elas tinham dificuldades em alcançar cargos decisórios dentro das instituições (DOMINGUES, 2009).

Se por um lado as lutas feministas silenciavam as questões raciais, as instituições do movimento negro não assumiam de forma enfática, as demandas de gênero em suas pautas e reivindicações. Importante salientar que apesar das tensões existentes, as mulheres negras participaram ativamente em diferentes frentes da luta de gênero e raça no Brasil.

2.3 O Feminismo Negro e a Luta por Reconhecimento

As décadas de 1970 e 1980, representam um período de grandes rupturas e alterações nas formas de compreensão acerca das categorias políticas dos movimentos feministas. Para além das injustiças de natureza meramente econômicas, pautadas nas lutas por redistribuição, a luta por reconhecimento reivindica a correção das injustiças de caráter cultural e identitário.

Ganha ênfase a percepção de que gramática moral dos conflitos sociais, não são pautadas apenas pela diferença econômica entre os grupo sociais, mas, apresentam também violações de ordem cultural, pautadas em diferenças raciais, étnicas, religiosas, entre outras, que se apresentam como marcadores de inferioridade, impedindo aos grupos e coletividades que as compõem, o acesso a direitos fundamentais e cidadania plena (HONNETH, 2003).

A luta por reconhecimento vai influenciar o surgimento de novos paradigmas que passam a influenciar feministas negras brasileiras e estadunidenses. Surgem importantes textos escritos de intelectuais negras nos EUA, tais como, Ângela Davis, Bell Hooks, Patrícia Hill Collins, entre outras, trazendo mais visibilidade as

demandas e pautas específicas das mulheres negras. No Brasil se amplia o discurso de desconstrução dos pensamentos universalizantes, com uma ampliação teórica e epistemológica dos estudos feministas, que passam a incorporar novas categorias em suas pesquisas, ampliando suas pautas.

A explosão das lutas por reconhecimento e identidade, reverberou no movimento feminista provocando alterações estruturais em sua epistemologia, e o surgimento de novas bandeiras, lutas e pressupostos teóricos acerca do estudo e compreensão do “ser mulher”. “O afastamento em relação ao feminismo mais tradicional encorajou as feministas não brancas a refletir mais sobre as diferenças do que sobre as pretensas similaridades” (CALDWELL, 2000, p.92).

Nesse momento de efervescência da luta por identidade e reconhecimento de múltiplas categorias e grupos sociais, as intelectuais e/ou ativistas negras, passam a questionar sobre o modelo monolítico e unívoco do feminismo de base etnocêntrica e eurocêntrica, provocou tensões dentro do movimento feminista e impulsionou as mulheres negras a ações sociais e políticas que enegreceram o feminismo no Brasil (CARNEIRO, 2003).

Apresentando como reflexo o contexto de luta por identidade e diferença, que alterou a compreensão dos movimentos sociais em diversos lugares do mundo, ampliando as demandas e teorias para além das injustiças econômicas de redistribuição (FRASER, 2006), no Brasil, a década de 1980 marca o ativismo das mulheres negras.

A incorporação de questões raciais no movimento feminista no Brasil sempre foi um tabu, isso decorre do fato de a sociedade brasileira ser historicamente e estruturalmente racista (ALMEIDA, 2020).

O racismo implícito e estrutural contaminou durante um longo período o movimento feminista e impediu o reconhecimento de cidadania da mulher negra, que durante um longo período, foi apagada e silenciada, em suas especificidades e intersecções (RIBEIRO, 1995).

Diversos encontros, congressos e outras formas de ativismos foram realizados no país, para debater as questões e temas específicos das mulheres negras, tais como, o Encontro Nacional das Mulheres Negras (ENMN) realizado

pela primeira vez em 1988, com agendas e demandas específicas a realidade social e trajetória histórica das mulheres negras (RINEIRO, 1995).

O feminismo negro se torna institucionalizado e passa a se constituir enquanto teorias e ativismos, na luta social em face das opressões racistas e sexistas, em prol da efetivação de direitos fundamentais, formando organizações, coletivos, associações e instituições de mulheres negras (ALMEIDA, 2020).

A ampliação do número de Universidades Públicas no país, a criação e efetivação da política de cotas no ensino superior, bem como, a implementação de bolsas e programas de incentivo a pesquisa, foram, algumas das ações, que democratizaram o ensino superior possibilitando a entrada de sujeitos, até então, excluídos, desses espaços de construção de ensino, pesquisa e extensão (GOMES, 2009).

Sem dúvidas, a inserção de sujeitos oriundos de diferentes lugares sociais nas Universidades possibilitou a construção de outras epistemologias nas pesquisas acadêmico-científicas. São intelectuais comprometidos em dar visibilidades a subjetividades, desigualdades e silenciamentos, evidenciando problemas e opressões, para além, das questões socioeconômicas, tais como, violências culturais, desigualdades de gênero, raça, entre outras, sem a pretensão de hierarquizar desigualdades, mas, superá-las (GOMES, 2009).

Ao analisar um objeto e/ou sujeitos, um pesquisador o faz a partir do seu lugar social e dos marcadores sociais que o constituem, esses elementos demarcam a forma como se produz o conhecimento (CARDOSO, 2012), o que reforça, a relevância da democratização do estudo acadêmico-científico e pluralidade epistemológica em nosso país, uma vez que, diferentes são os lugares sociais e culturais que compõe a realidade brasileira, e seus diversos grupos e coletividades.

O lugar de fala das mulheres negras, não é de vítimas, mas, de sobreviventes, um pensamento pautado em ideias e ações que marcaram um ponto de vista autodefinido e posturas de reexistências. Esse *locus* de enunciação leva a repensar os conceitos de hegemonia e objetificação da mulher negra, não a partir do olhar distante da mulher branca ou homem branco, mas a partir dela própria, enquanto sujeita cognoscente (COLLINS, 2019).

Reconhecer outros pontos de vista, permite a ampliação e democratização do discurso, o que é imprescindível diante de realidades sociais complexas e multifacetadas com a brasileira. Isso impõe uma postura ética e uma nova subjetividade, na medida em que incorpora uma dimensão de compromisso com a ruptura das opressões e exclusões apresentadas. O pensamento feminista negro, enquanto proposta epistemológica insurgente, possibilita uma imbricação entre ação política e ciência, um diálogo entre razão e emoção, rompendo os binarismos do pensamento científico eurocêntrico (VELASCOS, 2005).

Compreender o feminismo negro é buscar entender um lugar, um *locus* específico e híbrido de enunciação, permeado pela intersecção dos marcadores sociais de gênero e raça. É demarcar as fronteiras de identidade e diferença das mulheres negras no campo político, social e cultural, mediante a negritude inscrita em seus corpos.

3. Considerações Finais

A história do feminismo negro no Brasil, representa uma trajetória de resistências e reexistências, no enfrentamento às opressões racistas e patriarcais que estruturam a sociedade brasileira. Com um intenso ativismo no movimento negro e feminista, as mulheres negras tensionaram e questionário as estruturas vigentes possibilitando rupturas e construções de novos paradigmas teóricos, pautados em concepções de reconhecimento do lugar específico do “ser mulher negra”.

Desde o período colonial escravocrata, até os dias atuais, os pensamentos e ativismos feministas negros, possibilitam a efetivação de direitos fundamentais a mulheres negras, aos homens negros, e outras coletividades socialmente vulneráveis, efetivando justiça social.

Em uma sociedade estruturalmente patriarcal e racista, os diferentes ativismos das feministas negras, tensionaram e questionaram as estruturas de privilégios existentes, tanto no movimento feminista, quanto no movimento negro, provocando homens negros e mulheres brancas a reconhecerem as intersecções próprias do “ser mulher negra”.

Nessa confluência de marcadores sociais, as mulheres negras no Brasil vêm construindo epistemologias e ativismos aptos a alterar as estruturas de desigualdades, efetivando direitos fundamentais e democracia social. Como nos afirma Ângela Davis (2013), a mulher negra está na base da pirâmide social, e por isso quando ela se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela.

Referências

ALIMENA, Carla Marrone. **A tentativa do (Im) Possível: feminismos e criminologias.** Rio de Janeiro: lumen juris. 2010.

ALMEIDA, Ceila Sales de. **Feminismo negro: luta por reconhecimento das mulheres negras no Brasil.** Belo Horizonte: Dialética. 2020.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: a experiência vivida.** São Paulo: difusão europeia do livro. 1967.

CALDWELL, Kia Lilly. **Fronteiras da diferença: raça e a mulher no Brasil.** Revista de Estudos Feministas, v. 8, n. 2, 2000, p. 91-108.

CARDOSO, Cláudia Pons. **Outras falas: feminismo na perspectiva de mulheres negras brasileiras.** Pós-graduação em estudos de gênero, mulher e feminismo PPGNEIM. Universidade Federal da Bahia: Salvador. 2012.

CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero.** Disponível em: <<http://www.geledes.org.br/sueli-carneiro-enegrecer-o-feminismo-a-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-a-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/>>. 2011.

COLLINS, Patrícia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento.** Trad. Jamile Pinheiro Dias. São Paulo: Boitempo. 2019.

DAVIS, Ângela. **Mulher, raça e classe.** Rio de Janeiro: Plataforma Gueto. 2013.

DIAS, Maria Odila. **Resistir e sobreviver.** In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO; Joana Maria (org). Nova História das Mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2012.

DOMINGUES, Petrônio. **Entre Dandaras e Luizas Mahins: mulheres negras e antirracistas no Brasil.** In.: O movimento negro brasileiro: escritos sobre os sentidos

de democracia e justiça social no Brasil. Org. Amauri Mendes Pereira; Joselina da Silva. Belo Horizonte: Nandyala. 2009.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. 5ª ed. São Paulo: Globo. 2008.

GOMES, Nilma Lino. **Intelectuais negros e produção do conhecimento**: algumas reflexões sobre a realidade brasileira. In.: Epistemologias do Sul. Org. Boa Ventura de Souza Santos; Maria Paula Meneses. Almedina: Coimbra. 2009.

GONZALES, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. In: *Revista Ciências Sociais Hoje*, Anpocs, 1982.

GONZALES, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: marco zero. 1982.

HONNETH, Axel. **Lutas por reconhecimento**.: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: editora 34. 2003.

HOOKS, Bell. **Intelectuais negras**. Revista Estudos Feministas. Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. V.3. n.2 Florianópolis. 1995. Disponível em: <[www.https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16465](https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16465)>. Acesso em: 20.01.2020

LESSA, Luciana Falcão. **Senhoras do Cajado**: um estudo sobre a irmandade da Boa Morte de São Gonçalo dos Campos. Dissertação apresentada a Pós-graduação em História da faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Salvador: Universidade Federal da Bahia. 2005.

MAUÉS, Maria Angélica Motta. **Da ‘branca senhora’ ao ‘negro herói’**: a trajetória de um discurso racial. Estudos Afro-Asiáticos, Rio de Janeiro, nº. 21, p. 119-129, 1991.

MOREIRA, Núbia Regina. **O feminismo negro brasileiro**: um estudo do movimento de mulheres negras no Rio de Janeiro e São Paulo. Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas:2007.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. **O sortilégio da cor**: identidade, raça e gênero no Brasil. São Paulo: selo negro. 2003.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Feminismo, história e poder**. Revista Sociologia e Política. Vol.18. n.36. Junho de 2010. Disponível em:<<https://www.scielo.br/pdf/rsocp/v18n36/03.pdf>>. Acesso em: 10 de agosto de 2019.

RIBEIRO, Djamila. **A perspectiva do feminismo negro sobre violências históricas e simbólicas.** Disponível em:

<<http://blogdaboitempo.com.br/2015/08/04/a-perspectiva-do-feminismo-negro-sobre-violencias-historicas-e-simbolicas/>>. 2015.

VELASCOS, Mercedes Jabardo. **Feminismos negros:** una antología. In: Introducción construyendo puentes: em dialogo desde / com el feminismo negro. Madri: Traficantes de sueños. 2012.